



TECNOLOGIA

Portaria do Ministério da Justiça criou, na política de classificação indicativa, a categoria Não Recomendado para Menores de 6 Anos em videogames. Especialista aponta responsabilidade dos pais no controle da interação em jogos e redes sociais

Nova faixa para os VIDEOGAMES

» LETÍCIA CORRÊA*
» RAFAELA BOMFIM*

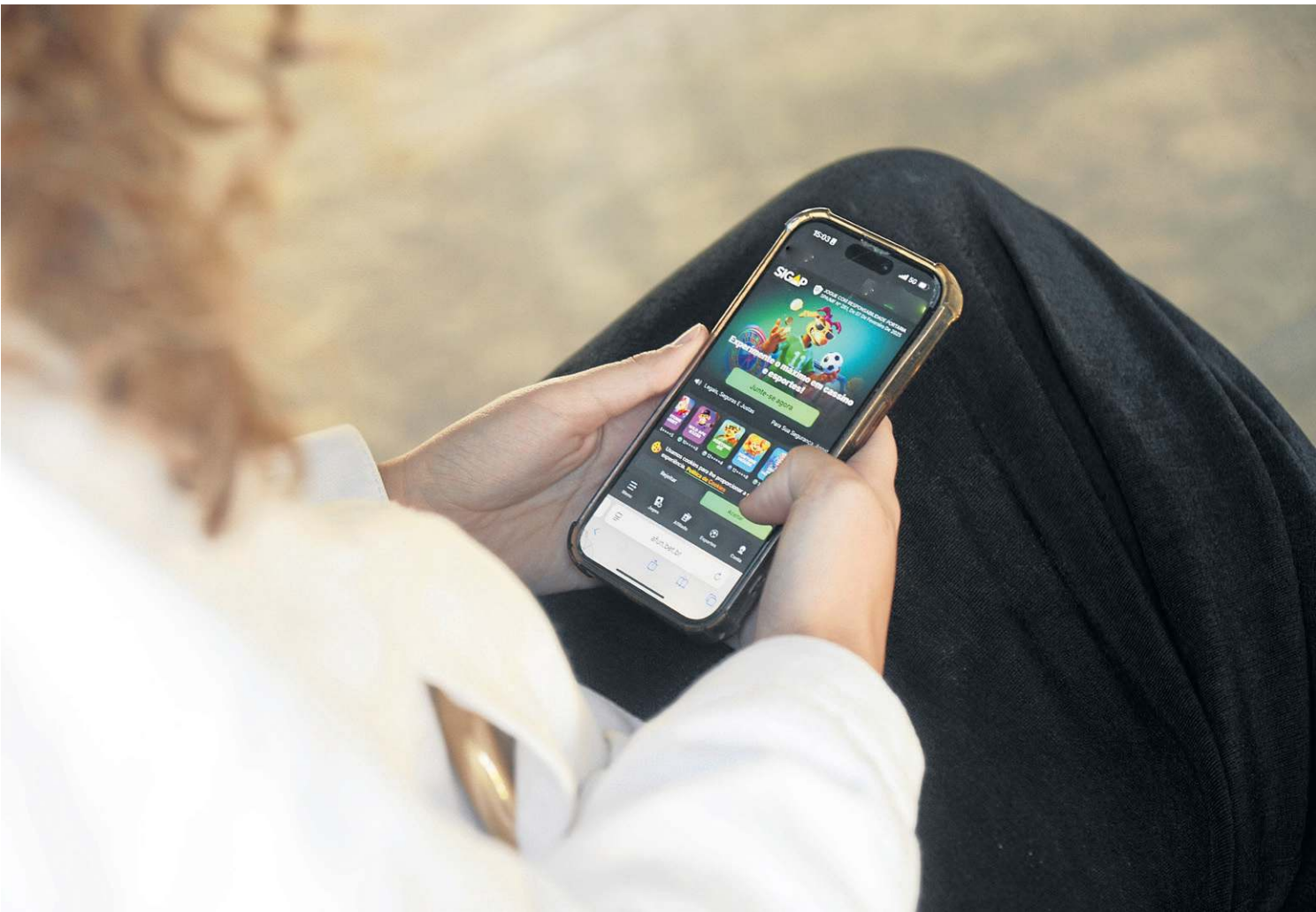
Apesar de estimular o aprendizado e a criatividade, o acesso a videogames para crianças exige cuidado por parte dos pais e responsáveis. Nesse sentido, o Ministério da Justiça e Segurança Pública, em parceria com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, adicionou, neste mês, na política de classificação indicativa, a categoria Não Recomendado para Menores de 6 Anos e ampliou os eixos de avaliação, que agora incluem a interatividade digital, além dos tradicionais temas de sexo e nudez, violência e drogas.

A nova portaria determina que essas funcionalidades também passem a influenciar a faixa etária atribuída a aplicativos e jogos digitais. O objetivo é reforçar a proteção dos pequenos em ambientes digitais, além de avaliar riscos de possíveis interações com adultos desconhecidos em chats de jogos. Para a psicopedagoga clínica, Kamila Gomes, esse é um tema que exige uma ação multi-integrada. “Com a nova classificação indicativa do governo, que proíbe determinados conteúdos para menores de 6 anos, e passa a considerar riscos de interação com adultos desconhecidos, reforça-se a importância da proteção infantil no ambiente digital”, ressalta.

Apesar dos riscos, a especialista destacou os pontos positivos e negativos no acesso a jogos eletrônicos. Para ela, os jogos não são vilões e podem auxiliar no aprendizado. No entanto, deve-se priorizar o equilíbrio. “Quando usados com orientação e equilíbrio, os jogos eletrônicos podem trazer benefícios, como o desenvolvimento da atenção, memória, raciocínio lógico e coordenação motora. Tecnologias guiadas, como a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA), também podem ser aliadas na aprendizagem e inclusão de crianças com necessidades específicas”, diz.

“No entanto, o uso inadequado e excessivo apresenta riscos importantes: aumento da irritabilidade, isolamento social, prejuízos no sono, dificuldade de controle emocional e exposição a conteúdos violentos,

Ed Alves CB/DA Press



Para a especialista, também há pontos positivos no acesso aos jogos. Eles podem estimular o aprendizado e a criatividade



Serão avaliados riscos presentes em jogos eletrônicos, aplicativos e redes sociais, como o contato com adultos desconhecidos, compras on-line não autorizadas e interações potencialmente perigosas com agentes de inteligência artificial”

Ricardo Lewandowski,
ministro da Justiça

que podem gerar dessensibilização e comportamentos agressivos”, a especialista em neuropsicopedagogia avaliou”, acrescenta Gomes.

Atualmente, jogos, séries e filmes têm classificação “livre” e seguem para não recomendado para menores de 10, 12, 14 e 16 anos. Antes da nova medida do Ministério da Justiça, apenas sexo, nudez, drogas e violência faziam parte da análise do método de classificação. “O nosso objetivo é criar mecanismos que contribuam para a construção de um ambiente midiático e digital mais seguro, educativo e respeitoso para as crianças brasileiras”, destacou Ricardo Lewandowski sobre a ação em conjunto com a pasta dos Direitos Humanos, nessa semana.

Segundo o ministro, a atualização acompanha as transformações tecnológicas e busca fortalecer a

proteção de crianças e adolescentes na internet. “A política pública de Classificação Indicativa é uma das mais importantes camadas de proteção porque informa às famílias se o conteúdo é seguro para os menores sob sua guarda”, pontuou.

“A portaria é especialmente inovadora ao incluir a chamada interatividade digital. Agora, serão avaliados riscos presentes em jogos eletrônicos, aplicativos e redes sociais, como o contato com adultos desconhecidos, compras on-line não autorizadas e interações potencialmente perigosas com agentes de inteligência artificial”, ressaltou Lewandowski.

Preocupação mundial

O tema é discutido no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, parlamentares trabalham em duas

propostas que buscam reforçar a segurança digital de menores: o Kids Online Safety Act (Kosa) e o Kids Off Social Media Act (Kosma). O primeiro prevê que plataformas adotem mecanismos para limitar a exposição de crianças a conteúdos prejudiciais e estabeleçam padrões de privacidade mais rigorosos. O segundo visa impedir que menores de 13 anos criem contas em redes sociais.

Paralelamente, estados, como Utah e Texas, avançam com legislações próprias, o primeiro exige verificação de idade em lojas de aplicativos, e o segundo propõe restrições mais amplas ao uso de redes por crianças e adolescentes. As medidas refletem um esforço nacional para reduzir riscos associados ao uso precoce das plataformas. Por

outro lado, enfrentam críticas de organizações que alertam para possíveis impactos sobre a liberdade de expressão.

Na Europa, o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) obriga as plataformas a garantir maior proteção a menores, impondo contas privadas por padrão, restrição de publicidade direcionada e controle de algoritmos para evitar exposição a conteúdos nocivos. O Reino Unido, com o Online Safety Act, passou a exigir verificação de idade para acesso à pornografia e outros materiais sensíveis, além de vincular perfis de menores à conta de um adulto responsável.

A Austrália adotou uma postura mais rígida e proibiu o uso de redes sociais por menores de 16 anos, enquanto a Alemanha estuda ampliar suas regras com novas faixas etárias mínimas e programas de educação digital. As medidas evidenciam a tendência global de responsabilizar as empresas de tecnologia pela proteção de crianças e adolescentes no ambiente on-line.

“A nova classificação indicativa é um avanço, pois reconhece que o perigo não está apenas na violência, mas também nas interações on-line e possíveis contatos com desconhecidos. No entanto, sua eficácia depende da participação ativa dos pais e responsáveis, que muitas vezes enfrentam dificuldades em estabelecer limites ou compreender o universo digital. É essencial que a tecnologia não substitua o convívio familiar, a brincadeira tradicional e as experiências sociais reais”, enfatiza a psicopedagoga Kamila Gomes.

Conforme a especialista, o uso de jogos eletrônicos por crianças deve ser feito de maneira equilibrada, sem extremos. “Educar na era digital exige equilíbrio: supervisionar o conteúdo, definir tempo de uso, dialogar sobre o que é visto e incentivar outras formas de aprendizagem e interação. Os jogos não são vilões, mas devem ser integrados à infância com responsabilidade, afeto e orientação”, defende.

*Estagiárias sob supervisão de Luana Patriolino

SEGURANÇA

Morte de delegado: mais um suspeito preso

A Polícia Civil de São Paulo prendeu, na sexta-feira, o novo suspeito de envolvimento no assassinato do ex-delegado-geral Ruy Ferraz Fontes. Trata-se de Paulo Henrique Caetano Sales, de 38 anos, proprietário de uma das casas em Praia Grande usadas para planejar o homicídio.

Sales foi detido no Jardim Shangrilá, na zona sul da capital paulista. Até o momento, nove suspeitos estão presos, dois seguem foragidos e um foi morto após resistir à abordagem policial, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Ruy Ferraz Fontes, de 64 anos, foi assassinado em 15 de setembro em Praia Grande, no litoral de São Paulo. Ele foi baleado em uma emboscada enquanto saía da sede da Prefeitura da cidade, onde era secretário municipal de Administração. O ex-delegado-geral era conhecido

por sua atuação contra a facção Primeiro Comando da Capital (PCC). Ele chefiou a Polícia Civil paulista entre 2019 e 2022. Em 2006, foi o responsável por indiciar toda a cúpula do PCC, inclusive, Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola.

Investigação

A polícia investiga um possível elo entre uma licitação de R\$ 24 milhões realizada em setembro pela Prefeitura de Praia Grande com o assassinato. A hipótese já havia sido levantada em um primeiro momento — a licitação teria prejudicado uma entidade ligada aos criminosos.

No início do mês, o subsecretário de Gestão e Tecnologia de Praia Grande, Sandro Rogério Pardini, e outros quatro funcionários públicos da cidade no litoral de São

Divulgação/PCSP



Delegado aposentado Ruy Ferraz foi alvo de uma emboscada em Praia Grande, em São Paulo

Paulo foram alvos de mandados de busca e apreensão. Com Pardini, foram apreendidos celular, computadores, três pistolas, R\$ 50 mil em

espécie, mil euros e 10 mil dólares em sua residência.

Em nota, a defesa do subsecretário afirma que Pardini “nega

veementemente toda e qualquer participação, seja ela direta ou indireta, nos fatos que estão sendo apurados”. (Agência Estado)

» Atualização metanol

O Brasil registra 58 casos confirmados e 15 mortes por intoxicação por metanol por meio do consumo de bebidas alcoólicas. Os dados são do balanço do Ministério da Saúde. Os números apontam um salto no número de mortes em relação às notificações de quarta-feira, que registraram 10 óbitos: aumento de 50% em dois dias. De acordo com a pasta, outras 50 ocorrências estão em investigação, enquanto 635 suspeitas foram descartadas. São Paulo segue como o estado com o maior número de casos: são 44 confirmações e 14 em investigação. Outros Estados com casos confirmados são Pernambuco (5 ocorrências), Paraná (6), Rio Grande do Sul (1), Mato Grosso (1) e Tocantins (1).